

Eduardo
Sabbag



2015

Manual de **DIREITO** **TRIBUTÁRIO**

7^A EDIÇÃO
ATUALIZADA COM AS
MAIS RECENTES DECISÕES
DO STJ E DO STF

UM MANUAL QUE REÚNE
2.300
ITENS DE CONCURSOS,
REALIZADOS POR MAIS DE
80
BANCAS EXAMINADORAS

SUMÁRIO	1
----------------	---

SUMÁRIO

PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE TRIBUTÁRIA	
Agradecimentos	7
Nota do autor à sétima edição	9
Nota do autor à primeira edição.....	13
Abreviaturas.....	17

1 INTRODUÇÃO 35

1	Considerações iniciais	35
1.1	O Direito Tributário e seu conceito	35
1.2	O Direito Tributário e as receitas públicas	38
1.3	O Direito Tributário e sua natureza: direito público, obrigacional e comum.....	43
1.4	O Direito Tributário e sua autonomia	45
I.	O Direito Tributário e o Direito Constitucional.....	47
II.	O Direito Tributário e o Direito Financeiro.....	47
III.	O Direito Tributário e o Direito Administrativo.....	49
IV.	O Direito Tributário e o Direito Penal.....	49
V.	O Direito Tributário e o Direito Processual.....	50
VI.	O Direito Tributário e o Direito Internacional Público	51
VII.	O Direito Tributário e o Direito Civil.....	51
VIII.	O Direito Tributário e outros ramos científicos	51
2	O Direito Tributário e os limites ao poder de tributar	52
2.1	Introdução	52
2.2	Limitações constitucionais ao poder de tributar	52

2 PRINCÍPIO DA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA 59

1 Considerações iniciais	59
2 O tributo e as leis <i>ordinária e complementar</i>	62

3	A legalidade estrita	64
3.1	A estipulação de obrigações acessórias (art. 113, § 2º, CTN)	68
3.2	A atualização monetária do tributo (art. 97, §§ 1º e 2º, CTN)	69
4	A mitigação do Princípio da Legalidade Tributária.....	71
5	O princípio da legalidade tributária e a Emenda Constitucional n. 33/2001	74
6	Os reflexos da EC n. 32/2001 no princípio da legalidade tributária	76
6.1	A relevância e a urgência da medida provisória.....	82
6.2	A medida provisória e os tributos	83
6.2.1	A medida provisória e a incompatibilidade com a lei complementar	85
(I)	Quanto às matérias discriminadas no art. 146 da CF.....	86
(II)	Quanto ao ICMS	87
(III)	Quanto ao ITCMD	87
(IV)	Quanto ao ISS	87
(V)	Quanto à Contribuição Social.....	88

3 PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE TRIBUTÁRIA..... 89

1	Introdução.....	89
2	O princípio da anterioridade e o direito fundamental do contribuinte: uma cláusula pétreia	91
3	O princípio da anualidade	92
4	O princípio da anterioridade e sua previsão na Constituição Federal de 1988	95
4.1	O princípio da anterioridade anual – art. 150, III, “b”, CF.	98
4.1.1	O princípio da anterioridade anual e o art. 104 do CTN	99
4.2	O princípio da anterioridade nonagesimal – art. 150, III, “c”, CF.....	101
4.3	A regra geral da anterioridade e a aplicação cumulativa dos prazos – art. 150, III, “c”, parte final, CF.....	102
4.4	As exceções ao princípio da anterioridade anual.....	104
4.4.1	As exceções ao princípio da anterioridade anual e a Emenda Constitucional n. 33/2001	105
4.5	As exceções ao princípio da anterioridade nonagesimal e a Emenda Constitucional n. 42/2003	107
4.6	O princípio da anterioridade especial para as contribuições social-previdenciárias	112
5	O princípio da anterioridade e os institutos jurídicos da vigência e eficácia da norma tributária.....	115
5.1	A eficácia da norma tributária	116
5.2	A vigência da norma tributária	117
6	O princípio da anterioridade tributária e a Emenda Constitucional n. 32/2001	118
7	O princípio da anterioridade nonagesimal das contribuições social-previdenciárias e a medida provisória	127

4 PRINCÍPIO DA ISONOMIA TRIBUTÁRIA	133
1 A igualdade: considerações iniciais.....	133
2 A isonomia tributária	135
2.1 A isonomia tributária e a cláusula <i>pecunia non olet</i>	138
2.1.1 A cláusula <i>pecunia non olet</i> e a intratributabilidade dos atos ilícitos.....	143
2.1.2 A cláusula <i>pecunia non olet</i> e a plena capacidade tributária passiva (art. 126, CTN)	144
2.1.3 A interpretação econômica	146
2.1.4 A cláusula <i>pecunia non olet</i> e nossa linha conclusiva.....	150
3 A capacidade contributiva: a equidade e a tributação justa	152
3.1 A capacidade contributiva e o mínimo vital	155
3.2 A capacidade contributiva e a extrafiscalidade	156
3.3 A capacidade contributiva e seu plano histórico	158
3.4 A capacidade contributiva na Carta Magna de 1988	159
3.4.1 A capacidade contributiva e a exclusiva associação a impostos	161
3.4.2 A capacidade contributiva e a expressão “sempre que possível”	163
3.4.3 A capacidade contributiva e a progressividade	165
3.4.3.1 A progressividade no ITR	166
3.4.3.2 A progressividade no IR	166
3.4.3.3 A progressividade no IPTU	170
I. Quanto à progressividade no tempo para o IPTU	171
II. Quanto à progressividade fiscal do IPTU e à variação de alíquotas em razão do valor do imóvel	171
III. Quanto à progressividade fiscal do IPTU e o estabelecimento de alíquotas diferentes em razão da localização e uso do imóvel.....	172
3.4.3.4 A progressividade no ITCMD	181
3.4.4 A capacidade contributiva e a proporcionalidade.....	183
3.4.4.1 A proporcionalidade e a regressividade no sistema tributário brasileiro.....	184
3.4.5 A capacidade contributiva e a seletividade.....	187
5 PRINCÍPIO DA IRRETRATIVIDADE TRIBUTÁRIA	191
1 Noções introdutórias.....	191
1.1 A irretroatividade tributária e a segurança jurídica	194
2 Os princípios da irretroatividade e anterioridade tributárias.....	195
3 O princípio da irretroatividade tributária e a existência de leis produtoras de efeitos jurídicos sobre atos pretéritos (art. 106, I e II, CTN).....	195
3.1 A lei interpretativa como produtora de efeito jurídico sobre atos pretéritos	197
3.1.1 A Lei Complementar n. 118/2005: a pretendida interpretação retroativa de lei interpretativa	203

3.2 A lei benigna como produtora de efeito jurídico sobre atos pretéritos	206
3.2.1 “Ato não definitivamente julgado”: a condição à aplicação dos efeitos pretéritos à lei mais benigna	211
3.2.2 Observações complementares quanto à retroação da lei mais branda	213
4 Análise do princípio da irretroatividade tributária, à luz do art. 144, §§ 1º e 2º, do CTN	215
4.1 Análise do art. 144, § 1º, CTN	215
4.1.1 O princípio da irretroatividade tributária e a Lei n. 10.174/2001	218
4.2 Análise do art. 144, § 2º, CTN	220
5 O fato gerador pendente e a Súmula n. 584 do STF, perante o princípio da irretroatividade tributária	221
5.1 A Súmula n. 584 perante o STF e o STJ	227
5.1.1 A defesa da Súmula n. 584 no STF	227
5.1.1.1 A crítica à Súmula n. 584 no próprio STF	229
5.1.2 O ataque à Súmula n. 584 no STJ	232
6 PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO CONFISCO.....	233
1 Introdução.....	233
2 Breve relato histórico.....	234
3 O confisco na tradição jurídica brasileira	235
4 O confisco tributário: conceito	237
4.1 O confisco tributário e o princípio da capacidade contributiva	237
4.2 O confisco tributário e o direito de propriedade	239
5 O princípio da vedação ao confisco no texto constitucional	242
5.1 O princípio da vedação ao confisco: o destinatário do postulado	242
5.2 O princípio da vedação ao confisco: o efeito “de confisco” no tributo	243
5.3 O princípio da vedação ao confisco: a carga tributária total	245
6 O princípio da vedação ao confisco perante as espécies tributárias	247
6.1 O princípio da vedação ao confisco e os impostos	247
6.2 O princípio da vedação ao confisco e as taxas	249
6.3 O princípio da vedação ao confisco e as contribuições de melhoria	250
6.4 O princípio da vedação ao confisco e os empréstimos compulsórios	250
6.5 O princípio da vedação ao confisco e as contribuições	250
7 O princípio da vedação ao confisco e as multas.....	251
8 A razoabilidade e a proporcionalidade: limites ao confisco tributário	254
9 O princípio da vedação ao confisco e o projeto de Lei Complementar (PLC) n. 168/89	257
10 Entendimento conclusivo	258

7 PRINCÍPIO DA NÃO LIMITAÇÃO AO TRÁFEGO DE PESSOAS E BENS E A RESSALVA DO PEDÁGIO.....	259
1 Considerações iniciais	259
2 Análise dos pedágios	261
2.1 O pedágio na tradição jurídica brasileira	263
2.2 A análise do pressuposto fático do pedágio: o uso da via conservada pelo Poder Público	264
2.3 A análise da feição tributária do pedágio	266
2.3.1 A base de cálculo do pedágio-taxa	267
2.3.2 A utilização potencial do serviço público perante o pedágio-taxa.....	267
2.3.3 O selo-pedágio: um exemplo de pedágio-taxa.....	268
2.4 A análise da suposta feição não tributária do pedágio	270
2.5 O pedágio: requisitos para a taxação ou tarifação	271
2.6 O pedágio e a lesão ao direito à locomoção diante da inexistência de via alternativa	272
8 OUTROS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS....	275
1 O princípio da uniformidade geográfica	275
2 Princípio da isonômica tributação da renda nos títulos da dívida pública e nos vencimentos dos funcionários públicos.....	278
3 Princípio da proibição das isenções heterônomas	279
4 Princípio da não discriminação baseada em procedência ou destino	283
9 IMUNIDADES GERAIS E RECÍPROCA	287
1 Introdução.....	287
2 A imunidade e a isenção.....	291
3 A imunidade e a exoneração das espécies tributárias	293
4 Análise das alíneas do inciso VI do art. 150 da CF	294
4.1 Imunidade das entidades políticas.....	297
4.1.1 Considerações iniciais	297
4.1.2 Imunidade das entidades autárquicas e fundacionais.....	302
4.1.3 A imunidade recíproca e os impostos indiretos.....	315
4.1.3.1 A aquisição de bens por entidades imunes e os impostos indiretos	318
4.1.4 Análise do art. 150, § 3º, da Carta Magna	321
4.1.5 Imunidade tributária de cartórios	324
4.1.6 A imunidade tributária recíproca e as embaixadas ou consulados.....	329
10 IMUNIDADE DOS TEMPLOS RELIGIOSOS	333
1 Considerações iniciais	333
2 O laicismo no Brasil	335

3 A imunidade religiosa e os impostos.....	336
4 A imunidade religiosa e os conceitos de <i>culto</i> e <i>templo</i>	337
5 A imunidade religiosa e o art. 150, § 4º, CF.....	340
5.1 O art. 150, § 4º, parte inicial, da CF: a desoneração para impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços	340
5.2 O art. 150, § 4º, parte final, da CF: a relação com as finalidades essenciais da entidade imune.....	341
6 A imunidade religiosa: temas relevantes.....	347
6.1 A imunidade religiosa e os tributos indiretos	347
6.2 A imunidade religiosa e os cemitérios	348
6.3 A imunidade religiosa e as lojas maçônicas.....	351
7 A imunidade religiosa: uma análise crítica	352

11 IMUNIDADES NÃO AUTOAPLICÁVEIS..... 355

1 Considerações iniciais	355
2 Estudo das imunidades constantes da alínea “c”	360
2.1 Imunidade dos partidos políticos	361
2.2 Imunidade dos sindicatos de empregados	362
2.3 Imunidade das instituições de educação	362
2.4 Imunidade das entidades de assistência social.....	364
2.4.1 A assistência social e as entidades fechadas de previdência social privada	365
2.4.2 A assistência social e as entidades promotoras da integração no mercado de trabalho	367
3 Estudo complementar da alínea “c”	369
3.1 Confronto entre o art. 150, VI, “c”, parte final, da CF e o art. 14 do CTN	369

12 IMUNIDADE DE IMPRENSA..... 377

1 Considerações iniciais	377
1.1 Análise do livro – um veículo de pensamento	380
1.1.1 A imunidade de imprensa e a publicação eletrônica	381
1.2 Análise do jornal – um veículo de pensamento	384
1.3 Análise do periódico – um veículo de pensamento.....	385
1.4 Análise do papel destinado a impressão – um insumo	388
1.4.1 O papel destinado a impressão e a não cumulatividade do art.155, § 2º, II, da CF.....	391

13 IMUNIDADE MUSICAL..... 393

1 Introdução e conceito.....	393
2 A imunidade tributária musical e o propósito inibitório da contrafação.....	396
3 Os conceitos técnicos empregados no art. 150, VI, “e”, CF	399
4 Os impostos afastados por força da imunidade musical	400

5	A ressalva à imunidade: replicação industrial de mídias ópticas de leitura <i>a laser</i>	401
6	A crítica ao texto da presente norma imunizante	402
7	Conclusões	405
14 SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.....		407
1	Definição de tributo	407
1.1	A prestação pecuniária.....	408
1.2	A prestação compulsória.....	409
1.3	A prestação diversa de sanção	410
1.4	A prestação instituída por lei.....	412
1.5	A prestação cobrada por lançamento.....	412
2	Competência tributária.....	413
2.1	Competência tributária e capacidade tributária ativa.....	415
2.2	Detalhando a classificação da competência tributária.....	417
2.2.1	Competência privativa	417
2.2.2	Competência comum	418
2.2.3	Competência cumulativa	419
2.2.4	Competência especial.....	420
2.2.5	Competência residual.....	421
2.2.6	Competência extraordinária	423
15 ESPÉCIES DE TRIBUTOS E IMPOSTOS		427
1	Considerações iniciais	427
1.1	Impostos.....	432
1.1.1	O princípio da não afetação e os impostos	435
1.1.2	Os impostos e a privatividade das competências	438
1.1.3	Classificação dos impostos	440
a)	Impostos <i>Diretos e Indiretos</i>	440
b)	Impostos <i>Pessoais e Reais</i>	441
c)	Impostos <i>Fiscais e Extrafiscais</i>	441
d)	Impostos divididos segundo a classificação imposta pelo CTN...	441
e)	Impostos <i>Progressivos, Proporcionais e Seletivos</i>	442
16 TAXA.....		445
1	O fato gerador	445
1.1	Análise da taxa de polícia	448
1.2	Análise da taxa de serviço.....	453
2	Informações complementares sobre taxas.....	462
2.1	A base de cálculo nas taxas	463
2.2	O confronto “taxa versus tarifa”	475
17 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		481
1	Evolução histórica.....	481

2	Considerações iniciais.....	483
3	O fato gerador	486
4	O sujeito passivo	494
5	A base de cálculo do tributo	496
5.1	A base de cálculo e os dois modelos de cobrança – o “americano” e o “alemão”	497
5.2	A base de cálculo e os limites de cobrança.....	498
5.2.1	a) Limite total (ou global)	499
5.2.2	b) Limite individual.....	499
5.2.3	c) Análise conjunta dos limites.....	501
6	Requisitos mínimos para a instituição	505
7	A contribuição de melhoria e a desapropriação	506

18 EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO..... **509**

1	Evolução histórica.....	509
2	As teorias explicativas sobre a natureza jurídica do empréstimo compulsório: contrato ou tributo	511
2.1	A autonomia do empréstimo compulsório	514
3	O tributo e a lei complementar.....	516
4	Tributo e a competência para sua instituição.....	517
5	Tributo e os conceitos necessários à compreensão de seus pressupostos fáticos	518
6	Empréstimo compulsório e o princípio da anterioridade tributária	521
6.1	O empréstimo compulsório e os demais princípios constitucionais tributários	523
7	O fato gerador	524
7.1	Análise do art. 15 do CTN	526
8	Análise do parágrafo único do art. 148 da CF.....	527
9	A devolução do valor compulsoriamente mutuado	528

19 CONTRIBUIÇÕES **533**

1	A feição tributária.....	533
2	As contribuições e os princípios tributários.....	537
3	O conceito de contribuições parafiscais ou especiais	539
4	Estudo das contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas	542
4.1	Contribuição-anuidade	542
4.2	Contribuição sindical.....	543
4.3	Questões relevantes sobre as contribuições profissionais ou corporativas	546
4.3.1	a) Há uma bitributação no confronto “contribuição-anuidade versus contribuição sindical”?	547
4.3.2	b) O que é a chamada “contribuição assistencial”? Confunde-se com a contribuição confederativa?	548

c) As contribuições para os serviços sociais autônomos (sistema “S”) são contribuições corporativas?	548
d) As anuidades cobradas pela OAB são contribuições corporativas?	550
5 Estudo das contribuições de intervenção no domínio econômico	552
5.1 CIDE-Combustíveis	553
5.2 CIDE-Royalties.....	555
5.3 Outras contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDEs)	555
6 Estudo das contribuições sociais.....	558
6.1 As contribuições sociais gerais	560
6.2 As contribuições de seguridade social	563
a) 1 ^a fonte de custeio da seguridade social: o importador	571
b) 2 ^a fonte de custeio: a receita de loterias.....	572
c) 3 ^a fonte de custeio: o trabalhador.....	572
d) 4 ^a fonte de custeio: o empregador e a empresa	573
d.1) Contribuição Social Patronal sobre a Folha de Pagamentos	575
d.2) Contribuição ao PIS/PASEP	578
d.3) Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL)	580
d.4) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	580
6.3 As “outras” contribuições sociais.....	581
6.4 Estudo complementar das contribuições	582
a) Breve análise da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF)	583
b) Análise da Contribuição para o Serviço de Iluminação Pública (COSIP).....	584
c) Análise da contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e sua natureza não tributária	587
d) Análise da Contribuição Social ao Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL)	589
7 O Simples Federal e o Simples Nacional	593
8 Repartição tributária das receitas.....	597
8.1 Transferências <i>diretas</i> feitas da União para os Estados e Distrito Federal.....	598
8.2 Transferências <i>diretas</i> feitas da União para os Municípios	601
8.3 Transferências <i>diretas</i> feitas dos Estados-Membros para os Municípios	605
8.4 Análise final da repartição das receitas tributárias	608
8.5 Transferências <i>indiretas</i> – estudo dos Fundos Especiais	609
20 FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO	615
1 Considerações iniciais	615
2 Fontes formais do Direito Tributário.....	616

2.1	Fontes formais principais	622
2.1.1	Constituição Federal	622
2.1.2	Emenda à Constituição Federal.....	623
2.1.3	Lei Ordinária.....	624
2.1.4	Decreto	629
2.1.5	Lei Delegada	631
2.1.6	Medida Provisória	632
2.1.7	Decreto Legislativo.....	637
2.1.8	Resolução.....	638
2.1.9	Tratados e Convenções Internacionais	641
2.1.9.1	A nova concepção dos tratados conforme posição do STF	647
2.1.10	Lei Complementar	650
3	Fontes formais secundárias do Direito Tributário ou normas complementares.....	667
3.1	Inciso I: Atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.....	669
3.2	Inciso II: Decisões com eficácia normativa.....	670
3.3	Inciso III: Práticas reiteradas das autoridades administrativas	671
3.4	Inciso IV: Convênios celebrados pelas entidades impositoras	673
3.4.1	Convênios do ICMS.....	674
3.5	Parágrafo único do art. 100 do CTN	679

21 VIGÊNCIA, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA..... 681

1	Vigência da legislação tributária	681
1.1	A vigência da legislação tributária no tempo	682
1.2	A vigência e o princípio da anterioridade tributária	686
1.3	A vigência da legislação tributária no espaço.....	692
2	Aplicação da legislação tributária	693
2.1	A aplicação da nova lei tributária aos fatos pendentes	694
2.2	A retroatividade da lei tributária.....	696
3	Interpretação da legislação tributária	701
3.1	Interpretação e suas classificações	703
3.2	Utilização de princípios gerais do Direito Privado	707
3.3	Interpretação econômica	712
3.4	Interpretação literal.....	713
3.5	Interpretação benigna.....	715
4	Integração da Legislação Tributária.....	716
4.1	Analogia	718
4.1.1	Analogia e o princípio da legalidade.....	719
4.2	Princípios gerais de Direito Tributário.....	719
4.3	Princípios gerais de Direito Público	720
4.4	Equidade	721

22 RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA 723

1 A hipótese de incidência.....	723
2 O fato gerador	724
3 Obrigação tributária.....	732
3.1 Sujeito ativo.....	732
3.2 Sujeito passivo.....	736
3.3 Objeto da obrigação tributária.....	741
3.4 Causa	743
4 Domicílio tributário.....	744

23 RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA 751

1 Conceitos introdutórios	751
1.1 Conceito: contribuinte <i>versus</i> responsável	753
1.2 Conceito: responsabilidade pessoal <i>versus</i> responsabilidade subsidiária.....	756
1.3 Conceito: responsabilidade por substituição <i>versus</i> responsabilidade por transferência	758
2 Responsabilidade de devedores solidários	770
3 Responsabilidade de devedores sucessores	773
3.1 1 ^a hipótese: art. 130 do CTN	775
3.2 2 ^a hipótese: art. 131, I, II e III, do CTN	778
3.3 3 ^a hipótese: art. 132 do CTN	783
3.4 4 ^a hipótese: art. 133 do CTN	787
4 Responsabilidade de terceiros devedores	792
4.1 Art. 134 do CTN: responsabilidade de terceiro com atuação regular	793
4.2 Art. 135 do CTN: responsabilidade de terceiro com atuação irregular	798
5 Responsabilidade por infrações.....	806
a) Responsabilidade objetiva: conceito	807
b) Responsabilidade pessoal do agente	809
b.1) Inciso I: infrações tributárias como crimes ou contravenções	810
b.2) Inciso II: infrações tributárias com o dolo específico (elementar)	810
b.3) Inciso III: infrações que decorram de dolo específico.....	811
6 Denúncia espontânea	811

24 CRÉDITO TRIBUTÁRIO 819

1 Considerações iniciais	819
2 O lançamento.....	820
2.1 O conceito de lançamento	820
2.2 Questões pontuais sobre lançamento	821
2.3 Revisão de lançamento	826
a) O lançamento revisível.....	826
a.1) Detalhamento do art. 149 do CTN.....	828
1. Análise dos incisos II a IV (art. 149)	829

2. Análise do inciso VI (art. 149).....	830
3. Análise dos incisos I, V, VII, VIII e IX (art. 149)	830
3.1. Análise do inciso I (art. 149).....	830
3.2. Análise do inciso V (art. 149).....	830
3.3. Análise do inciso VII (art. 149)	831
3.4. Análise do inciso VIII (art. 149).....	831
3.5. Análise do inciso IX (art. 149).....	832
b) O lançamento revisível: análise do art. 146 do CTN.....	832
2.4 Modalidades de lançamento.....	833
2.5 Análise da técnica do arbitramento	840
3 Crédito tributário e decadência.....	843
3.1 Considerações iniciais.....	843
3.2 A decadência no CTN: visão geral	846
3.3 A decadência no CTN: análise do art. 173, I	848
3.4 A decadência no CTN: análise do art. 150, § 4º.....	849
3.5 A decadência na visão do STJ: a cumulação de prazos.....	853
3.6 A decadência no CTN e a anulação do lançamento anterior	857
3.7 A decadência no CTN e a medida preparatória de lançamento.....	859
3.8 A decadência e a lei complementar	861
3.9 A decadência e o prazo decenal das contribuições sociais..	862
4 Crédito tributário e prescrição	864
4.1 Considerações iniciais.....	864
4.2 O termo <i>a quo</i> da contagem da prescrição	867
4.3 A prescrição e a dívida ativa	870
4.4 A prescrição e os lançamentos por homologação	871
4.5 A prescrição e as causas de interrupção.....	877
4.6 A prescrição e outros temas	890
25 SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	893
1 Considerações iniciais.....	893
2 Moratória	901
3 Depósito do montante integral.....	908
4 Reclamações e recursos administrativos	913
4.1 O depósito recursal na órbita administrativa	915
5 Concessão de liminar em mandado de segurança e de tutela anticipada em outras ações.....	921
6 Parcelamento	923
26 EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	929
1 Considerações iniciais	929
2 Pagamento.....	930
2.1 Consulta tributária.....	932
2.2 A restituição de pagamento indevido ou a maior e o prazo prescricional.....	933

3	Compensação	943
4	Transação	947
5	Remissão.....	947
6	Decadência e prescrição	948
7	Conversão do depósito em renda	948
8	Pagamento antecipado e a homologação do lançamento	949
9	Consignação em pagamento julgada procedente	949
10	Decisão administrativa irreformável	951
11	Decisão judicial passada em julgado	951
12	Dação em pagamento	951

27 EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 953

1	Considerações iniciais	953
2	Estudo da isenção	957
2.1	Isenção: a incidência ou a não incidência da norma	957
2.2	A revogação da lei isentiva	961
2.2.1	A revogação da lei isentiva e o princípio da anterioridade tributária	963
2.3	A isenção e o princípio da legalidade tributária.....	965
2.4	A isenção e os tributos bilaterais	970
3	Estudo da anistia	970
4	Síntese conclusiva	974

28 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E DISPOSIÇÕES FINAIS DO CTN..... 977

1	Considerações iniciais	977
2	Fiscalização	980
3	Dívida ativa	995
a)	O nome do devedor	1000
b)	O montante exequível	1001
c)	A origem e o fundamento legal	1004
d)	A data da inscrição	1004
e)	A menção ao processo administrativo.....	1004
f)	A indicação do livro e da folha da inscrição	1006
4	Certidão negativa.....	1012
5	Disposições finais e transitórias do CTN	1021

29 GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO..... 1025

1	Considerações iniciais.....	1025
2	Natureza da garantia do crédito tributário	1026
3	Ponto de desequilíbrio na relação jurídico-tributária	1027
4	Os bens inalcançáveis pela execução do crédito tributário.....	1029
5	Momento de caracterização da fraude à execução fiscal.....	1032
5.1	A reserva de bens ou rendas para pagamento da dívida.....	1034

6	Preferências (ou privilégios) do crédito tributário	1038
7	Da quitação de tributos	1067

30 IMPOSTOS MUNICIPAIS 1071

1	Estudo do IPTU	1071
1.1	Competência e sujeito ativo	1071
1.2	Sujeito passivo	1073
1.3	Fato gerador	1079
1.3.1	Conceitos importantes sobre o fato gerador do IPTU	1079
1.3.1.1	Conceito de bem imóvel por natureza e bem imóvel por acessão física	1079
1.3.1.2	Conceito de propriedade, domínio útil e posse	1080
1.3.1.3	Conceito de zona urbana	1081
1.3.2	Onde e quando se dá o fato gerador do IPTU?	1084
1.4	Base de cálculo	1084
1.5	Alíquotas	1085
2	Estudo do ISS	1091
2.1	Competência tributária e sujeito ativo	1092
2.2	Sujeito passivo	1099
2.3	Fato gerador	1101
2.3.1	Conceito de <i>produtos industrializados</i>	1102
2.3.2	Conceito de <i>operações relativas à circulação de mercadorias</i>	1104
2.3.3	Conceito de <i>serviços</i> , para fins de incidência do ISS	1109
2.4	Base de cálculo	1115
2.5	Alíquota	1116
2.6	Casos relevantes de incidência do ISS	1117
2.6.1	O ISS e o <i>software</i>	1117
2.6.2	O ISS e a locação de serviços	1118
2.6.3	O ISS e o arrendamento mercantil (<i>leasing</i>)	1121
2.6.4	O ISS e as atividades bancárias	1124
2.6.5	O ISS e os trabalhos gráficos	1125
2.6.6	O ISS e a incorporação imobiliária	1127
2.6.7	O ISS e as franquias (<i>franchising</i>)	1128
2.6.8	O ISS e o <i>factoring</i>	1129
3	Estudo do ITBI	1131
3.1	Competência e sujeito ativo	1131
3.2	Sujeito passivo	1132
3.3	Fato gerador	1133
3.3.1	O plano semântico da materialidade do fato gerador do ITBI	1134
3.3.2	Os planos espacial e temporal do fato gerador do ITBI	1140
3.4	Base de cálculo	1140
3.5	Alíquotas	1141
3.5.1	A progressividade das alíquotas do ITBI	1141
3.6	ITBI e imunidades	1143

31 IMPOSTOS ESTADUAIS 1145

1 Estudo do ICMS.....	1145
1.1 Competência e sujeito ativo.....	1145
1.2 Sujeito passivo.....	1146
1.3 Fato gerador	1147
1.3.1 Circulação de mercadoria	1147
1.3.2 Serviços de transporte interestadual e intermunicipal	1150
1.3.3 Serviços de comunicação	1151
1.4 Base de cálculo.....	1153
1.5 Alíquotas.....	1153
1.6 Notas gerais.....	1157
2 Estudo do IPVA.....	1181
2.1 Competência e sujeito ativo.....	1181
2.2 Sujeito passivo.....	1181
2.3 Fato gerador	1181
2.3.1 Veículo automotor	1182
2.3.2 Aeronaves <i>versus</i> IPVA.....	1182
2.4 Elemento temporal do fato gerador	1184
2.5 Base de cálculo.....	1184
2.6 Alíquota.....	1184
2.7 Notas gerais.....	1185
3 Estudo do ITCMD	1186
3.1 Competência tributária e sujeito ativo.....	1186
3.2 Sujeito passivo.....	1187
3.3 Fato gerador	1187
3.4 Elementos <i>espacial e temporal</i> do fato gerador	1188
3.5 Base de cálculo.....	1189
3.6 Alíquotas	1189
3.7 Notas gerais.....	1192

32 IMPOSTOS FEDERAIS 1193

1 Estudo do ITR.....	1193
1.1 Competência e sujeito ativo.....	1193
1.2 Sujeito passivo.....	1194
1.3 Fato gerador	1195
1.3.1 Conceito de bem imóvel.....	1196
1.3.2 Conceito de zona rural	1196
1.3.3 Áreas de expansão urbana	1196
1.3.4 Elementos temporal e espacial do fato gerador	1197
1.4 Base de cálculo.....	1197
1.5 Alíquotas	1198
1.6 Notas gerais.....	1198
2 Estudo do IOF	1203
2.1 Competência e sujeito ativo.....	1203
2.2 Sujeito passivo.....	1204

2.3 Fato gerador	1204
2.4 Base de cálculo.....	1206
2.5 Alíquotas	1207
2.6 Princípio da legalidade e extrafiscalidade	1208
2.7 Notas gerais.....	1210
3 Estudo do II.....	1212
3.1 Competência e sujeito ativo.....	1212
3.2 Sujeito passivo.....	1212
3.3 Fato gerador	1213
3.4 Base de cálculo.....	1214
3.5 Alíquotas	1215
3.6 Notas gerais.....	1216
4 Estudo do IE.....	1217
4.1 Competência e sujeito ativo	1217
4.2 Sujeito passivo.....	1218
4.3 Fato gerador	1218
4.4 Base de cálculo.....	1219
4.5 Alíquotas	1220
4.6 Notas gerais.....	1220
5 Estudo do IPI	1221
5.1 Competência e sujeito ativo	1221
5.2 Sujeito passivo.....	1222
5.3 Fato gerador	1222
5.3.1 Conceito de industrialização	1224
5.4 Base de cálculo.....	1225
5.5 Alíquotas	1226
5.6 Notas gerais.....	1227
6 Estudo do IR	1233
6.1 Competência e sujeito ativo	1233
6.2 Sujeito passivo.....	1234
6.3 Fato gerador	1234
6.3.1 Definição de renda e proventos de qualquer natureza	1234
6.4 Base de cálculo.....	1236
6.4.1 Conceito de patrimônio	1236
6.5 Alíquotas	1237
6.6 Notas gerais.....	1240
REFERÊNCIAS	1249
APÊNDICE – Linha do tempo.....	1263